



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000278579

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 1005508-86.2023.8.26.0297/50000, da Comarca de Jales, em que é embargante ZURICH BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, são embargados JAIR CURSI LEZO (JUSTIÇA GRATUITA), AON AFFINITY DO BRASIL SERVIÇOS E CORRETORA DE SEGUROS SC LTDA e ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. CASAS PERNAMBUCANAS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MONTE SERRAT (Presidente sem voto), CARLOS RUSSO E MARIA LÚCIA PIZZOTTI.

São Paulo, 24 de março de 2025.

PAULO ALONSO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Voto nº 5207

Embargos de declaração nº 1005508-86.2023.8.26.0297/50000

Comarca: Jales (1ª Vara Cível)

Embargante: Zurich Brasil Companhia de Seguros (corrê)

Embargado: Jair Cursi Lezo (autor)

Juiz(a) prolator(a): Jose Pedro Geraldo Nobrega Curitiba

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO DE APELAÇÃO DESPROVIDO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO POR INCAPACIDADE C.C. PEDIDO DE REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Ausência do vício apontado.
2. Embargos infringentes. Pretendido reexame da matéria. Descabimento.
3. Embargos de declaração desprovidos.

Embargos de declaração interpostos contra o acórdão de fls. 395/403, *dos autos principais*, que negou provimento ao recurso de apelação interposto pelo autor.

Embargante: a *corrê*, Zurich Brasil Companhia de Seguros.

Fundamento dos embargos: Alegação de *omissão*.

Síntese das razões: *Sustenta a* embargante que há omissão no acórdão ao manter a fixação de correção monetária pela Tabela Prática do TJSP e juros de mora de 1% ao mês. Alega que deve ser aplicada a nova Lei nº 14.905/2024, que fixa o *IPCA* como índice de atualização monetária e a *Selic* como taxa de juros legal.

Sem contrarrazões.

É o relatório:

1. ***Voto pela rejeição dos embargos de declaração*** porque o acórdão questionado *não contém obscuridade, contradição, omissão ou erro material* a ser declarado, tanto que, na verdade, *são condutores de inconformismo* quanto ao resultado do julgamento, tratando-se de ***embargos infringentes***.

2. ***Pretende a embargante que a Turma Julgadora altere o resultado do julgamento, sob argumento de que deve ser aplicada a Lei nº 14.905/2024 que alterou os índices de correção monetária e os juros legais.***

3. ***Ocorre que o acórdão manteve os índices fixados pela r. sentença, porque proferida em data anterior à vigência da Lei nº 14.905/24, de forma que não se pode aplicar lei nova à questão anterior à sua vigência.***

Ademais, não houve impugnação acerca da forma de atualização monetária e quanto aos juros em sede de apelação, de forma que descabida a discussão, cumprindo destacar que nos termos do art. 1.013 do CPC. *a apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.*

4. De qualquer forma, cumpre ponderar que a

atualização da dívida nos termos das alterações introduzidas no *Código Civil* pela *Lei nº 14.905/24*, a partir da data em que entraram em vigor tais modificações, constitui questão a ser resolvida em sede de cumprimento de sentença, sobre o que esta Câmara nada pode antecipar, sob pena de *supressão de instância*.

5. Não há, *portanto*, nada a ser corrigido ou declarado.

6. De qualquer forma, considerando que *os embargos de declaração são recurso de fundamentação vinculada*, cujo objetivo é *aprimorar a decisão embargada*, não é demais pontuar que, *feita devida revisão*, chega-se à conclusão que:

(a) ***Não há obscuridade*** porque a decisão *não contém ambiguidade*, nem expressões ou afirmações que comprometam sua clareza ou dificultem seu entendimento;

(b) ***Não há contradição*** porque inexistem na decisão proposições inconciliáveis entre si. Ademais, a *contradição* a que alude o art. 1.022 do CPC, *é aquela intrínseca ao próprio texto*, e *não a contraposta a elementos externos a ele*, ou *derivada da interpretação dada pela parte*.

(c) ***Não há omissão*** porque o julgamento deriva de entendimento da *Turma Julgadora*, que considerou os pontos *suficientes* e *necessários* para equacionamento da controvérsia, nada mais havendo a ser declarado.

Cumpre pontuar que *o julgador não está obrigado a citar todos os dispositivos legais levados em consideração ao decidir, assim como não necessita enfrentar argumentos deduzidos pelas partes que não sejam, **necessariamente**, capazes de influenciar na conclusão adotada*, o que não implica, por si só, em carência de fundamentação, na linha da seguinte decisão:

“A função do julgador é decidir a lide de modo fundamentado e objetivo, portanto, desnecessário o enfrentamento exaustivo de todos os argumentos apresentados pelas partes” (Apelação nº 4003752-51.2013.8.26.0482, 15ª Câmara de Direito Privado do TJ-SP, Rel. Des. *Coelho Neto*, j. de 28.04.2015),

A despeito do inconformismo manifestado nos embargos, *não há nos autos nenhum outro argumento capaz de infirmar o resultado da demanda* (art. 489, § 1º, IV, do CPC);

(d) **Não há erro material** porque não se verificam *incorrekções internas do próprio julgado*, nem afirmações que indiquem *desacordo entre a vontade dos julgadores e a expressa na decisão*.

(e) Os embargos de declaração não se destinam a equacionar *dúvida que aflige somente o espírito da parte embargante*, ainda que compreensível o inconformismo com o resultado da decisão.

7. Tem-se ainda que não se pode perder de vista que **embargos infringentes** somente são admissíveis em *hipóteses excepcionais*, não servindo para obter *reforma do que foi decidido* ou

novo julgamento, na linha dos seguintes precedentes do STJ:

*Nos termos do art. 1.022 do NCPC, os embargos de declaração se destinam a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, **excepcionalmente**, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido (AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.644.179 [2019/0383720-6] Relator: Ministro MOURA RIBEIRO J. 26/05/2020; **destaque da citação**).*

*A atribuição de efeitos infringentes aos Embargos de Declaração é possível, em **hipóteses excepcionais**, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária. (...) (EDcl no REsp 1.253.998/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, 2ª T., j. em 22/05/2014, DJe 20/06/2014; **destaque da citação**).*

8. *Nesta perspectiva, a rigor os embargos sequer poderiam ser conhecidos, porque continua atual a posição do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que “não pode ser conhecido recurso que, sob o rótulo de embargos declaratórios, pretende substituir a decisão recorrida por outra. Os embargos declaratórios são apelos de integração, não de substituição” (REsp. nº 15.774-0 - SP EDecl., 1ª Turma, Rel. Ministro Humberto Gomes de Barros, j. 25.10.93, não conheceram, v.u., DJU 22.1193, p. 24.895, 2ª Col., em.).*

Pelo exposto, nego provimento aos embargos de declaração, preservando em seus termos o *acórdão* embargado.

***Proponho** que se considerem **prequestionados** e*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

levados em conta no julgamento (doutrina da “causa decidida”), todos os dispositivos reguladores da matéria controvertida na demanda, aplicáveis ao caso, pontuando que de acordo com o art. 1.025, do Código de Processo Civil, consideram-se incluídos no acórdão os elementos suscitados para fins de prequestionamento.

PAULO ALONSO

Relator